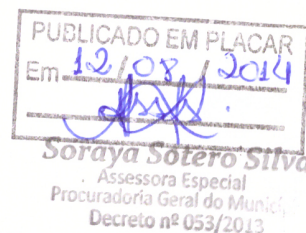




ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



LEI N.º 2.188, DE 12 DE AGOSTO DE 2.014.

“Autoriza a mudança de destinação de área urbana e dá outras providências.”

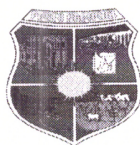
Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º . Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à mudança de destinação de área de terreno urbano com sua consequente desafetação, para fim de doação a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, pessoa jurídica, com sede na Rua NC 21, QD 48, LOTE 11 N 1.432 – Setor Nova Capital – CEP: 77.500-000, em Porto Nacional - TO, objetivando a instalação de um projeto social na região da Nova Capital, na área da cultura, esportiva, educacional e gastronomia, para atendem a população local e regional, procurando tirar jovens das ruas e oportunizar as mães, local onde deixar os filhos enquanto estão no trabalho, bem como incentivar o esporte como meio de inclusão social, no imóvel de propriedade do Município, a seguir descrito:

I – “Lote de terreno urbano denominado n. 03, área desmembrada da quadra J Área Institucional, do Setor Nova Capital, cidade de Porto Nacional, Tocantins, com área de 2.700 m² (dois mil e setecentos metros quadrados), sendo: A leste: 90.00 metros – Frente, para a Rua Maria Angélica da Silva Prado; A Oeste: 90.00 metros de fundo, remanescente do Lote 01, A Sul: 30.00 metros, esquerda remanescente do Lote 01 e A Norte: 30.00 metros, Direta, para o remanescente lote 01.

Art. 2º - A Instituição terá o prazo de 12 (doze) meses para iniciar a construção sob pena do imediato retorno do bem ao patrimônio do Município, sendo que a empresa somente poderá escriturar o imóvel após o término da construção e com a devida vistoria do Município.

Art. 3º - A doação a que se refere o art. 1º desta lei, ficará vinculada à aprovação do projeto arquitetônico e de engenharia pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de aprovação desta Lei.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 4º- A utilização do imóvel para outra finalidade que não a mencionada no art. 1º desta lei acarretará a retrocessão ao município, sem quaisquer ônus para o doador.

Art. 5º- As despesas decorrentes da escritura pública de doação e transcrições correrão por conta do donatário.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins,
aos 12 dias do mês de Agosto do ano de 2014.


OTONIEL ANDRADE
Prefeito Municipal